



Pentecostalismo e secularização: Da rigidez doutrinária ao pluralismo religioso

Pentecostalism and secularization:

From the doctrinal rigidity to religious pluralism

Ismael de Vasconcelos Ferreira*

Resumo

O pentecostalismo é a religião que mais cresce, em número de fiéis, no Brasil de acordo com a última contagem populacional do IBGE. Este crescimento não se deu somente através dos métodos de evangelismo pessoal e de massa já empregados há anos pelas igrejas pentecostais, mas também teve um importante acréscimo se forem analisados os efeitos secularizantes da modernidade e que inevitavelmente afetaram essas igrejas. Com o incremento do número de pentecostais, houve também alterações significativas de suas tradições doutrinárias. Sendo a secularização promotora de pluralismo religioso, as denominações pentecostais passam por um processo de secularização, notadamente com um pluralismo doutrinário a fim de manterem-se plausíveis em meio à sociedade secularizada. Este trabalho cita o caso da igreja Assembleia de Deus, principal denominação pentecostal do País por seu número de fiéis, por sua trajetória histórica e sua consequente secularização.

Palavras chave: Assembleia de Deus. Pentecostalismo. Pluralismo religioso. Secularização.

Abstract

The author points out that according to the latest data from the IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Pentecostalism is the fastest growing religion in Brazil. One reason for this growth binds to different methods of evangelism, used for many years by the Pentecostal churches. Another possible reason for the fast growth of Pentecostalism is related to the effects produced by the process of secularization of modernity that inevitably have affected the churches. Along with the increase in the number of Pentecostals, there were also significant changes in their doctrinal traditions. Because secularism promotes religious pluralism, the Pentecostal denominations undergo a process of secularization, especially with a doctrinal pluralism in order to maintain themselves plausible amid a secularized society. This paper cites the case of the Assembly of God church, a leading Pentecostal denomination in Brazil in terms of number of followers, and because of its historical trajectory and its consequent secularization.

Keywords: Assembly of God. Pentecostalism. Religious pluralism. Secularization

Comunicação recebida em 01 de outubro de 2012 e aprovada em 17 de dezembro de 2012.

* Bacharel em Teologia. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF. Bolsista CAPES. País de origem: Brasil. E-mail: ismaelvasconcelos@yahoo.com.br.

Introdução

O processo de secularização desencadeado pela modernidade proporcionou amplas mudanças nas sociedades, notadamente a brasileira. Tendo como principal ação a laicidade, que promoveu a separação entre as instituições religiosas e o Estado, esse processo não só deixou essas instituições à margem das decisões da sociedade como induziu-as a repensarem suas práticas a fim de manterem-se relevantes.

Em todo esse processo, a religião pentecostal foi a que talvez mais se beneficiou com a tomada do poder da religião dominante pelo Estado, permitindo então sua chegada e conseqüente multiplicação pelo território brasileiro. Mas não demorou para que outros efeitos também advindos da secularização começassem a alterar significativamente as rígidas convicções estabelecidas pelo pentecostalismo clássico. Em meio ao surgimento de novas religiões pentecostais no país, a igreja Assembleia de Deus, principal representante do pentecostalismo brasileiro, precisou adequar seu discurso e sua práxis a fim de não cair no ostracismo. A estratégia, ainda que sem um planejamento oficial, funcionou. Tanto que ainda hoje é tida como a maior igreja pentecostal do Brasil.

Por esse viés, este trabalho vem analisar a secularização do pentecostalismo, primeiramente apresentando alguns enfoques teóricos acerca da secularização, tendo como base o teórico Peter Berger e seu livro *O Dossel Sagrado – Elementos para uma teoria sociológica da religião* (1985). Sabendo que o pluralismo religioso é um dos efeitos mais marcantes da secularização, também é feita uma análise desse pluralismo ressaltando o início do pentecostalismo no Brasil e o incremento de novas religiões pentecostais a partir dos anos 1950, culminando com um novo modelo de pentecostalismo desenvolvido a partir da década de 1970. Por fim, tendo analisado esses pontos, é feita uma revisão acerca da secularização do pentecostalismo, continuando o caso da Assembleia de Deus e ressaltando exemplos práticos que marcaram a história dessa igreja já neste presente século.

Apesar do caráter experimental deste trabalho, as ideias aqui elencadas buscam se coadunar com possíveis pesquisas que deverão ser desenvolvidas a partir de um aprofundamento desta teoria em comparação com o campo religioso brasileiro, e este pentecostal, situado mais especificamente na igreja Assembleia de Deus. Portanto, quaisquer afirmações ou conclusões desta pesquisa estão sujeitas à análise e certamente aprimoramento.

1 Secularização e pluralismo religioso

Em meio a uma sociedade pluralizada e cada vez mais concorrente, a influência de instituições religiosas nas relações sociais e culturais torna-se secundária. O poder supremo outrora exercido pela religião agora é questionado. A autoridade tradicional tende a ser substituída por regulamentações que visam não mais o interesse direto das instituições religiosas e sim o bem comum da sociedade. A esse processo dá-se o nome de secularização e já foi bastante discutido por teólogos e sociólogos da religião que, analisando fatos bíblicos e hodiernos, constataram transformações definitivas na sociedade.

Para os teólogos, o processo de secularização deu-se ainda no Antigo Testamento, em meio ao desencantamento do mundo trazido pela instituição da religião que passou a controlar burocraticamente a liturgia do culto e a adoração a Deus (ou deuses). Mais recentemente, descobriu-se que não só essa regulamentação seria um processo de secularização, mas também a retirada da Igreja de seu posto de influenciadora e gestora da ordem social. Daí nasceu o emprego do termo “laicidade” que denota a separação do Estado da Igreja, ou seja, ambas as instituições passariam a exercer suas funções separadamente, sem intervenção mútua.

Nas sociedades mais antigas, a influência da religião era bem mais visível em diversos aspectos. As catedrais, por exemplo, sempre estavam edificadas próximas

à sede do governo, a consulta aos representantes eclesiásticos era item obrigatório antes de se efetivarem as ações do governo, a obrigatoriedade de símbolos religiosos deveria ser observada em todas as repartições públicas, dentre outras influências. Isto é bem descrito na seguinte afirmação:

Durante a maior parte da história humana, os estabelecimentos religiosos existiram como monopólios na sociedade, monopólios de legitimação última da vida individual e coletiva. As instituições religiosas eram, de fato, *instituições* propriamente ditas, isto é, agências reguladoras do pensamento e da ação. O mundo tal qual definido pela instituição religiosa em questão era o mundo, mantido não apenas pelos poderes da sociedade e por seus instrumentos de controle social, mas, e mais fundamentalmente, pelo “senso comum” dos membros daquela sociedade. (BERGER, 1985, p. 147)

Com a secularização, esse poder, ainda que simbólico, passa a ser desmistificado e as instituições públicas passam a dever obediência unicamente ao Estado. O processo pode atualmente ser observado em praticamente todas as sociedades civilizadas e de tão automático tende a ser considerado comum, quase não sendo percebido nas relações sociais cotidianas. Entretanto, ainda existem casos em que a transição tende a ser bastante significativa. Quando não é percebida pelos diretamente implicados, tende a ser pelos estudiosos do fenômeno que, conhecendo a teoria, conseguem logo assemelhá-la ao processo de secularização. O aparente desconhecimento quanto ao processo secularizador deve-se sobremaneira à sua rápida expansão que veio juntamente com a ocidentalização e a modernização e que pode ser de certa forma, confundido com esses outros processos.

Apesar da notória e constitucional laicidade, a religião procura métodos para ainda manter-se plausível ante a sociedade. Para isto, utiliza-se dos próprios resultados da secularização, já testados e consolidados. Assim, Peter Berger caracteriza a situação atual da religião como “uma progressiva burocratização das instituições religiosas” (BERGER, 1985, p. 151). Ainda que o fato já tenha sido observado durante o Antigo Testamento, conforme referido anteriormente, as novas formas de burocratização do sagrado, do carisma ou mesmo das suas práticas gerenciais são muito semelhantes às utilizadas por outras estruturas

contemporâneas para resolução de problemas similares. Com isto, contrariando as previsões de que com a secularização haveria o recrudescimento da religião, este de fato aconteceu, sem contudo que a religião perdesse sua influência na esfera social e política; ademais, serviu para fortalecê-la diante da sociedade que passou a requerê-la com mais intensidade graças aos apelos produzidos pelas instituições que criaram novas demandas religiosas à população, algo que será discutido adiante.

Analisando ainda o declínio da religião após a secularização e o seu caráter de pluralização, tem o protestantismo antigo um exemplo clássico desse fenômeno. Conhecido por sua ortodoxia doutrinária e seu rigor ascético, teve que submeter-se a um processo de pluralização após a ação do movimento denominado pietismo que, no século XIX, ocasionou a dissolução das estruturas dogmáticas do protestantismo, implementando novas formas litúrgicas e doutrinárias, embasadas principalmente no emocionalismo (BERGER, 1985). Obviamente, essa pluralização gerou novos movimentos protestantes que, apesar de serem considerados como seitas, lograram posteriormente *status* de denominações. O fato contribuiu historicamente para a análise dos movimentos religiosos atuais, notadamente os pentecostais.

Teve, portanto, a secularização importante influência, seja na manutenção da religião enquanto instituição separada do Estado, quanto nos processos dinâmicos que permitiram a ela se recriar em meio a uma sociedade secularizada.

No Brasil, uma das consequências mais evidentes do incremento da secularização foi o “acirramento da concorrência religiosa” (MARIANO, 2003, p.112). Havendo um ambiente propício à chegada de novas religiões e à consolidação das que já estavam em terras brasileiras, a expansão do pluralismo

religioso permitiu uma maior oferta de credos e ritos entre os cidadãos¹. Mas o acirramento foi mais incisivo com a chegada, a partir de 1910, do pentecostalismo, principal ramificação do protestantismo.

Inicialmente, com a chegada do missionário italiano Luigi Francescon que instituiu a Congregação Cristã no Brasil em São Paulo-SP e no ano seguinte (1911) com os missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren que instituíram a Assembleia de Deus em Belém-PA, essas duas igrejas, principalmente e mais incisivamente a segunda, alastraram-se pelo País, divulgando uma mensagem embasada na experiência do batismo com o Espírito Santo (glossolalia), na adoção de estereótipos de santidade e no retorno iminente de Jesus Cristo para arrebatá-la sua igreja (parusia) (FERREIRA, 2011). A igreja Assembleia de Deus foi a que mais cresceu e se expandiu por todo país, conseqüentemente interferindo na agenda das demais igrejas já estabelecidas (católicas e protestantes históricas). Até metade do século XX, aquela igreja apresentava um crescimento exponencial, passando a figurar como uma das religiões mais representativas no Brasil (FERREIRA, 2011).

Aparentemente não havia uma estratégia de crescimento claramente definida pela direção da Assembleia de Deus, de sorte que seu crescimento deu-se muito mais pela novidade no campo religioso brasileiro e por concentrar-se em regiões onde havia predomínio de pobreza, locais dificilmente alcançados pelas religiões já existentes. Porém, a partir da segunda metade do século XX, surgiram outras igrejas pentecostais, que também começaram a se expandir. Eram elas: Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), Igreja Evangélica O Brasil para Cristo (1955) e Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962). Se as primeiras igrejas enfatizavam a glossolalia e a parusia, estas valorizavam a cura divina, algo que também facilitou seu crescimento e aceitação (FERREIRA, 2011).

¹ Com a promulgação da Constituição da República, em substituição a do Império, em 1891, foi estabelecido que o Estado não sofreria mais a influência da religião oficial de então (católica). Com a nova redação dada à Constituição, esta religião passou a ser considerada como todas as demais. Segue o trecho a que se refere a afirmação: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum” e “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados” (Political Database of the Americas – PDBA, 2008). Com isto, deu-se o incentivo para que novas religiões pudessem ingressar no País, bem como legalizar aquelas que já estavam, mas sem reconhecimento legal.

Já a partir da década de 1970, novas incursões de igrejas de origem pentecostal deram-se no Brasil. A principal representante dessa época é a Igreja Universal do Reino de Deus que, “nascida no subúrbio carioca (...), cujo primeiro templo funcionara no salão de uma acanhada ex-funerária” (MARIANO, 2003, p. 119), rapidamente alcançou números extraordinários de crescimento numérico e financeiro. Essa igreja transformou definitivamente o modo de atuação das demais igrejas pentecostais, graças particularmente a seu modelo empresarial e de gestão administrativa e financeira. Nessa época, o campo religioso brasileiro já estava absolutamente pluralizado, com a expansão das igrejas pentecostais que já estavam presentes desde 1910 e com as que chegaram a partir de 1950.

Assim, mesmo tendo crescido numericamente muito mais que suas “concorrentes” e influenciado doutrinariamente a maioria das novas igrejas, a Assembleia de Deus começou a perder o monopólio religioso pentecostal outrora estabelecido no Brasil. Seu enfraquecimento ocasionou não só a perda do poder regulamentador das doutrinas e dogmas sustentados por décadas pela igreja como também contribuiu para uma reinterpretação dessas doutrinas e dogmas que passaram a ser vistos não mais como responsáveis por um caráter definidor de seus membros, mas como necessários à manutenção dos seus fiéis nos templos.²

Diante do estabelecido pluralismo religioso no Brasil, particularmente frente a seu rosto pentecostal, igrejas como a Assembleia de Deus não podiam mais ostentar um crescimento numérico atribuído apenas à ação de forças sobrenaturais através de homens piedosos que encabeçavam suas frentes. Era necessário, no mínimo, reestruturar-se enquanto instituição, passando a observar estratégias de crescimento e de gestão institucional. Se outrora havia um discurso de imposição de regras, eivado de conceitos notoriamente desconexos com a situação moderna e

² Até meados do século passado, a ênfase doutrinária da Assembleia de Deus consistia principalmente na crença mítica da volta iminente de Jesus para arrebatá-lo seu povo deste mundo. Este evento ficou conhecido teologicamente como *parusia*, marcando o auge da doutrina escatológica pentecostal. Ainda este evento foi responsável pelo caráter ascético de muitos seguidores da religião até aquela época, pois ante a iminência do retorno do seu Messias, não valeria a pena investir na vida hodierna, notadamente secular. O enfraquecimento desta convicção deu-se ante o surgimento da Teologia da Prosperidade, que passou a valorizar mais o tempo presente em detrimento do futuro, e ofereceu aos cristãos pentecostais uma realização pessoal mais próxima e palpável.

pluralista hodierna, uma estratégia de mudança tornava-se necessária³. Não podiam mais confiar em uma submissão voluntária dos seus membros, pois isto se mostrou incapaz de mantê-los na instituição diante de uma situação pluralista. A mesma lógica empresarial do livre comércio e da livre concorrência aplicava-se agora às igrejas pentecostais. E como essa era uma situação competitiva, estratégias de *marketing* tornaram-se necessárias. Conforme afirma Stefano Martelli, “para obter audiência, as Igrejas são obrigadas a atrair os seus fiéis com propostas atraentes, racionalizando, ao mesmo tempo, a própria organização, para conseguir uma maior eficiência” (MARTELLI, 1995, p. 291).

Analisemos o caso aqui citado da igreja Assembleia de Deus: para que ela não se perdesse no tempo e conseqüentemente não alcançasse o *status* de ainda maior igreja pentecostal do País⁴, suas imposições doutrinárias do passado tiveram que ser renegociadas para serem valorizadas no amplo e competitivo mercado religioso estabelecido. Tal situação é semelhante à apontada por Peter Berger quando diz que:

O que ocorre aqui, simplesmente, é que os grupos religiosos transformam-se de monopólios em competitivas agências de mercado. Anteriormente, os grupos religiosos eram organizados como convém a uma instituição que exerce um controle exclusivo sobre uma população de dependentes. Agora, os grupos religiosos têm de se organizar de forma a conquistar uma população de consumidores em competição com outros grupos que têm o mesmo propósito. (BERGER, 1985, p. 150)

A competição acirrou-se de tal forma que aquela igreja passou a concorrer consigo mesma, ou seja, com os ministérios dissidentes que posteriormente legitimaram-se adotando o mesmo nome da igreja originária, mas com um

³ Esses discursos constavam de radical separação do mundo secular, pois se acreditava que a parusia estava às portas (sendo assim não se permitia que membros ingressassem em universidades, por exemplo) e de um rigoroso controle sobre usos e costumes (estereótipos de santidade), aspectos físicos marcantes do pentecostalismo clássico.

⁴ O resultado do Censo 2010, divulgado recentemente, mostrou que a Assembleia de Deus mantém esse *status* de maior igreja pentecostal do Brasil, tendo aumentado consideravelmente seu número de membros com relação à contagem anterior. Segundo o IBGE, esta Igreja é composta por 12.314.410 pessoas, número que ultrapassou consideravelmente a contagem de 2000 que foi de 8.418.140 pessoas (IBGE, 2012).

“ministério” diferente e com mensagens proselitistas bastante próximas⁵. Estas cisões permitiram à Assembleia de Deus assumir um caráter pluralista doutrinário que se coadunava com as mais distintas situações. E por gozarem de autonomia institucional, muitas implementavam um sistema livre de competição que por vezes, analisado teologicamente e do ponto de vista doutrinário da Assembleia de Deus, fugiam absolutamente do cerne que as assemelhava, descaracterizando-as enquanto igrejas originariamente pentecostais e caracterizando-as como neopentecostais, denominação sociológica atribuída a igrejas que, dentre outras particularidades, não possuem homogeneidade teológica (MARIANO, 2010).

2 Secularização na Assembleia de Deus

Conforme se pode inferir desta exposição, uma cultura secularizante já começa a ser desenvolvida em meio às igrejas pentecostais, notadamente a Assembleia de Deus, quando estas buscam manter-se plausíveis ante uma situação de acirrada concorrência religiosa, particularmente quando não é possível estabelecer grandes diferenças entre elas. A mesma secularização que permitiu o acesso de novas religiões no país, após a Proclamação da República, agora é necessária a fim de dar suporte à manutenção dessas já não tão novas religiões, convivendo em constante conflito territorial e teológico entre si. E assim, as instituições pentecostais passam a secularizar-se adotando

modelos de gestão de cunho empresarial, a centralização da gestão administrativa e financeira, a concentração do poder eclesiástico, a profissionalização dos quadros ministeriais, o uso de estratégias de marketing e de métodos heterodoxos de arrecadação, a fixação de metas de produtividade para pastores e bispos, a minimização e o abandono de práticas ascéticas e sectárias, a adaptação dos serviços mágico-religiosos aos interesses materiais e ideais dos fiéis e virtuais adeptos. (MARIANO, 2003, p. 111, 112)

⁵ O Censo 2010 revelou o quantitativo de todas as pessoas que se declaravam participantes da Igreja Assembleia de Deus (12.314.410), denotando que essas pessoas participam de apenas uma única igreja. Se forem realizadas análises mais aprofundadas com base nesses dados, descobrir-se-á que essa estatística poderá ser fragmentada em diversas outras denominações com uma mesma nomenclatura, porém com características que as diferenciam consideravelmente e que combatem entre si no competitivo campo religioso brasileiro.

Diante desse quadro racionalizante e burocratizante das igrejas pentecostais, tornou-se necessária uma ação mais incisiva por parte da Assembleia de Deus, pois igrejas que não adotassem um estilo mais empresarial e que estivessem em um ambiente de pluralismo religioso, rapidamente deixariam de existir, cedendo espaço para as concorrentes. E a adoção desse novo estilo empresarial transformou as igrejas pentecostais em verdadeiras agências de serviços que deviam buscar a satisfação de seus *clientes* em toda a sua maneira de ser. Para tanto, a especialização em novas ofertas e serviços tornou-se imperativa e a manutenção de antigos dogmas como estereótipos de santidade e a ênfase escatológica representada pela parusia deviam ser abolidos. É por isso que igrejas situadas em regiões mais populosas tendem a ser menos exigentes quanto a usos e costumes e a enfatizar menos o dogma da parusia que outras mais distantes desses grandes centros, algo que foi descrito por Berger nestes termos:

o impacto da secularização tende a ser mais forte nos homens do que nas mulheres, em pessoas de meia idade do que nas muito jovens ou idosas, *nas cidades do que no campo, em classes diretamente vinculadas à moderna produção industrial* (particularmente a classe trabalhadora) do que nas de ocupações mais tradicionais (como artesãos ou pequenos comerciantes), em protestantes e judeus do que em católicos, e assim por diante. (BERGER, 1985, p. 120, grifos do autor)⁶

Há também a relativização de discursos doutrinários outrora considerados absolutos e imutáveis, pois na situação de secularização, “os conteúdos religiosos tendem de um modo geral a se modificar numa direção secularizante” (BERGER, 1985, p.157). Como um efeito secularizante é “o emprego de métodos heterodoxos de arrecadação”, as igrejas pentecostais, e a Assembleia de Deus segue a tendência, utilizam-se atualmente das mais variadas formas de provisão de recursos com o intuito de manterem seus investimentos em templos, marketing, pagamento de pessoal. Destarte, lançam mão de campanhas específicas que objetivam, além de suprir a necessidade do público, suas próprias necessidades, sejam elas financeiras ou mesmo de assistência aos cultos, estratégia muito semelhante às de igrejas que

⁶ Uma interessante análise poderia ser feita entre esta afirmação de Berger e os recentes dados do Censo 2010 comparados com os do Censo 2000. Uma pesquisa posterior poderá fornecer os resultados dessa análise.

lidam diretamente com a chamada Teologia da Prosperidade, teologicamente contrária às convicções outrora estabelecidas pela Assembleia de Deus.

A formação de quadros especializados de pessoal também é uma estratégia secularizante bastante adotada atualmente pelas igrejas pentecostais. Se outrora “crentes pobres e pouco instruídos, mesmo sem formação teológica, [podiam] ascender aos postos de presbítero, pastor e bispo” (MARIANO, 2003, p. 117), um quadro muito comum na Assembleia de Deus até meados da década de 1980, atualmente a especialização de seus obreiros surge como uma necessidade premente. Um efeito previsto por Peter Berger: “As instituições burocráticas *selecionam e formam* os tipos de pessoal de que elas necessitam para operar. Isso significa que tipos semelhantes de liderança emergem nas diversas instituições religiosas, independentemente dos padrões tradicionais nessa questão” (BERGER, 1985, p. 152, grifos do autor).

Tais práticas surgem também graças à concorrência e ao pluralismo religioso que fizeram crescer a quantidade de estruturas de plausibilidade, desconsideraram o absolutismo de conteúdos religiosos de igrejas concorrentes, subjetivaram os discursos e geraram ceticismo e descrença entre a população em geral. Para conter essas consequências, a formação dos obreiros da Assembleia de Deus torna-se necessária, sob o risco de se perderem fiéis para outras denominações que conseguem explicar ou adequar muito melhor seus conceitos dinâmicos.

Ainda outro fator concorrencial do pentecostalismo ao estado de pluralismo, sincretismo e tolerância estabelecido no Brasil após a secularização, foi “o fim da diversidade identitária religiosa e [a inauguração de] algo novo no Brasil, a saber, o fenômeno da conversão, acompanhada, ao menos em princípio, da reivindicação de uma identidade religiosa exclusiva e única” (ORO, 2011, p. 387). Ao que parece, não havia no país a necessidade de uma especificação concreta da religião a qual o fiel praticava. Assim, alguém que frequentava reuniões espíritas ou cultos afro-brasileiros, quando indagado sobre a religião que professava, tinha como resposta

“católica”. O pentecostalismo, e principalmente a Assembleia de Deus com seu conhecido proselitismo, veio questionar a validade dessas religiões, inclusive a católica propriamente dita, com a necessidade de uma “identidade religiosa exclusiva e única” (ORO, 2011, p. 387). Dessa forma, a religião pentecostal combatia veementemente as crenças das outras religiões e pregava um proselitismo aberto e direto, com o intuito de convencer fiéis de outras religiões a deixarem seus antigos credos e passarem a crer e pertencer às suas denominações. A crença de que a salvação estaria única e exclusivamente nas igrejas pentecostais era o mote dessas igrejas e com isso alcançavam cada vez mais notoriedade e seguidores.

Há que se analisar também a secularização, principalmente sob o ponto de vista da concorrência, que ela não se deu, no caso dos pentecostais e demais religiões protestantes, somente entre religiões. O caráter exclusivamente proselitista do pentecostalismo fê-lo ingressar em outras esferas não-religiosas, como a política, e assim contribuir para o debate de questões sociais e culturais. O exemplo mais marcante dessa campanha foi o questionamento a respeito da diversidade sexual no Brasil, que pôs em pauta questões inerentes ao homossexualismo. A ala evangélica da política combateu veementemente todas as propostas que buscavam regular a situação dos homossexuais no País gerando, portanto, uma concorrência fora dos seus limites eclesiásticos.

Uma situação inusitada, proporcionada por este acirramento, foi a união pontual de evangélicos dos mais diferentes credos em prol da anulação de quaisquer decisões que beneficiassem os homossexuais. Observou-se, portanto uma afinidade de discursos entre instituições religiosas que outrora se repeliam devido às suas diferenças. Nesse sentido, uma compreensão de que

uma colaboração amigável cada vez mais estreita entre os diferentes grupos envolvidos no mercado religioso, é exigido pela situação pluralista como um todo e não apenas pelas afinidades sociopsicológicas do pessoal burocrático-religioso. Essas afinidades asseguram, pelo menos, que os rivais religiosos são vistos não tanto como “o inimigo”, mas como companheiros com problemas semelhantes. (BERGER, 1985, p. 153)

Assim, tal situação pluralista terminou por estabelecer um aparente ecumenismo entre as instituições religiosas. Obviamente, como já foi observado, esse ecumenismo foi pontual e não se estendeu a um nível eclesiástico, permanecendo a mesma concorrência religiosa entre as instituições, notadamente as pentecostais.

Seria imprudente afirmar que, portanto, não há mais traços de tradicionalismo na Assembleia de Deus após o implemento da secularização. Ainda se mantêm firmes pequenas comunidades fiéis a um discurso ontocrático⁷. Essas comunidades situam-se principalmente em regiões rurais onde os apelos da modernidade ainda são ínfimos ou trata-se de pessoas em idade avançada que talvez não estejam tão afinadas com os discursos da modernidade. Elas contribuem para o que Peter Berger chama de “lealdade ao produto’ entre certos grupos de ‘velhos fregueses” (BERGER, 1985, p. 156). São essas comunidades que ainda guardam resquícios de práticas e costumes que outrora caracterizavam principalmente os pentecostais e servem de parâmetro para possíveis comparações acerca das mudanças ocorridas nesta significativa população do campo religioso brasileiro.

Conclusão

O pentecostalismo, por ser um movimento dinâmico, apresentou nos últimos anos mudanças significativas que permitiram as análises feitas aqui. A secularização, apesar de seu aparente prejuízo à religião, visto de um modo geral, favoreceu o florescimento de uma série de igrejas pentecostais que hoje compõem o vasto campo religioso brasileiro e são responsáveis pelo incremento cada vez maior de participantes dessa tradição religiosa. Assim, considerando a secularização um

⁷ “Ontocrático”, de acordo com Richard Shaull, “significa ter conhecimento da realidade em termos de uma ordem de total harmonia entre o eterno e o temporal, o divino e o humano. A ordem divina é identificada com a natureza da sociedade, especialmente em relação ao estado concebido como encarnação da totalidade cósmica. Todas as estruturas da sociedade possuem caráter sacro; elas não podem ser alteradas ou mudadas” (SHAULL, 1985, p. 68).

processo de via única e sem retorno, o pentecostalismo tende a ser cada vez mais um movimento crescente e ao mesmo tempo dissidente.

Analisando também as atuais igrejas pentecostais, dentre elas a Assembleia de Deus, nota-se um claro afastamento das convicções outrora tidas como “marcos fundadores” e que a diferenciavam das demais igrejas (pentecostais ou protestantes históricas). Uma análise dos dados divulgados pelo último Censo poderia demonstrar, além do significativo crescimento desta Igreja, uma progressiva fragmentação em meio a outras igrejas pentecostais que poderiam até ter o mesmo nome, mas seus propósitos seriam significativamente diferentes, o que permitiria constatar um pluralismo religioso dentro de uma mesma denominação religiosa.

Diante desse quadro secularizante, à Assembleia de Deus, enquanto principal representante do pentecostalismo brasileiro, restam apenas duas alternativas apontadas por Stefano Martelli que lhe permitem continuar expressiva: “adaptação” ou “resistência” (MARTELLI, 1985, p. 293). Ao que tudo indica, a primeira opção tem sido a mais seguida pela instituição, ao mesmo tempo que não deixa de denotar uma certa resistência por parte da denominação, a fim de manter-se ativa em meio ao concorrido campo religioso brasileiro.

O processo de secularização acarreta ainda o surgimento de variáveis outrora insignificantes, mas que se mostram atualmente bastante significativas. Por exemplo, graças também à secularização, um maior número de pessoas no Brasil declararam-se, no último Censo, não pertencentes a nenhuma religião. Esse incremento certamente deu-se devido à perda de plausibilidade da religião, principalmente nas regiões mais urbanizadas, onde a concorrência religiosa, notadamente pentecostal, tende a ser mais frequente.

Talvez existam, no presente, algumas poucas variáveis que apontam um enfraquecimento do pentecostalismo no Brasil. Certamente enquanto religião, ele tenderá a se fragmentar cada vez mais e assim se pluralizar. Nessa dinâmica, surgirão novos movimentos dentro do próprio pentecostalismo que com o passar

do tempo, nem reconheçam seus antepassados mais remotos, devendo, ocasionalmente, adotar outra nomenclatura mais adequada à sua práxis. Sociólogos já cunharam o termo “neopentecostalismo”. Mas, ante a atual pluralidade de pentecostalismos, essa denominação única talvez já esteja defasada.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. 2008. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/brazil1891.html>>. Acesso em: 30 maio 2012.

FERREIRA, Ismael de Vasconcelos. **Êxtase pentecostal: o efeito do discurso nos Gideões Missionários da Última Hora**. 2011. Monografia (Conclusão de Curso) – Faculdades INTA, Sobral.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=11&i=P&c=2094>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, 2003.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**: entre secularização e dessecularização. São Paulo: Paulinas, 1995.

ORO, Ari Pedro. Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 383-395, jul./set. 2011.

SHAULL, Richard. As mudanças revolucionárias numa perspectiva teológica (1966). In: ALVES, Rubem (Org.). **De dentro do furacão**: Richard Shaull e os primórdios da teologia da libertação. São Paulo: CEDI, 1985. p. 67-86.